

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 29/04/2010 à 31/12/2010	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	11
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	12
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 29/04/2010 à 31/12/2010	13
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	14
----------------------------------	----

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho	15
---	----

Notas Explicativas	18
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	34
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	36
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2010
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	108.481
Preferenciais	0
Total	108.481
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	557.715
1.01	Ativo Circulante	70.230
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	72
1.01.02	Aplicações Financeiras	55.659
1.01.03	Contas a Receber	14.499
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	14.499
1.01.03.02.01	Dividendos a receber	14.499
1.02	Ativo Não Circulante	487.485
1.02.02	Investimentos	487.485

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	557.715
2.01	Passivo Circulante	17.820
2.01.05	Outras Obrigações	17.820
2.01.05.02	Outros	17.820
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.818
2.01.05.02.04	Outros	2
2.03	Patrimônio Líquido	539.895
2.03.01	Capital Social Realizado	359.166
2.03.04	Reservas de Lucros	116.339
2.03.04.01	Reserva Legal	3.751
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	112.588
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	64.390

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	60.582
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-467
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	61.049
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	60.582
3.06	Resultado Financeiro	55
3.06.01	Receitas Financeiras	68
3.06.02	Despesas Financeiras	-13
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	60.637
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.637
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	60.637
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	108.481,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	
3.99.02.01	ON	0,55896

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
4.01	Lucro Líquido do Período	60.637
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.637

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-410
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-412
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	56.141
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	55.731
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	55.731

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 29/04/2010 à 31/12/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	359.166	0	14.386	0	0	373.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	359.166	0	14.386	0	0	373.552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	59.134	0	64.390	123.524
5.04.08	Reserva de Lucros	0	0	59.134	0	0	59.134
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	64.390	64.390
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.637	0	60.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.637	0	60.637
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.819	-60.637	0	-17.818
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.751	-3.751	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros	0	0	11.432	-11.432	0	0
5.06.06	Dividendos a Pagar	0	0	0	-17.818	0	-17.818
5.06.07	Dividendos Adicionais	0	0	27.636	-27.636	0	0
5.07	Saldos Finais	359.166	0	116.339	0	64.390	539.895

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-467
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-467
7.03	Valor Adicionado Bruto	-467
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-467
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	62.206
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	62.206
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	61.739
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	61.739
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.663
7.08.04.02	Dividendos	14.663
7.08.05	Outros	47.076

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010
1	Ativo Total	558.706
1.01	Ativo Circulante	125.333
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	682
1.01.02	Aplicações Financeiras	106.136
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	106.136
1.01.03	Contas a Receber	18.515
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	18.515
1.01.03.02.01	Dividendos a Receber	17.801
1.01.03.02.02	Outros Créditos	714
1.02	Ativo Não Circulante	433.373
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	500
1.02.01.06	Tributos Diferidos	500
1.02.01.06.02	Impostos a Recuperar	500
1.02.02	Investimentos	432.873
1.02.02.01	Participações Societárias	432.873
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	432.873

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2010
2	Passivo Total	558.706
2.01	Passivo Circulante	18.733
2.01.03	Obrigações Fiscais	913
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	913
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições	913
2.01.05	Outras Obrigações	17.820
2.01.05.02	Outros	17.820
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	17.818
2.01.05.02.04	Outros	2
2.02	Passivo Não Circulante	78
2.02.03	Tributos Diferidos	78
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	539.895
2.03.01	Capital Social Realizado	359.166
2.03.04	Reservas de Lucros	116.339
2.03.04.01	Reserva Legal	3.751
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	112.588
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	64.390

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	56.901
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-1.181
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.160
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.242
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	56.901
3.06	Resultado Financeiro	4.727
3.06.01	Receitas Financeiras	4.740
3.06.02	Despesas Financeiras	-13
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	61.628
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-991
3.08.01	Corrente	-913
3.08.02	Diferido	-78
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	60.637
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	60.637
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.637
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)	
3.99.01	Lucro Básico por Ação	
3.99.01.01	ON	108.481,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação	
3.99.02.01	ON	0,92182

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.742
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.571
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.171
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	103.706
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	106.448
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	370
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	106.818

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 29/04/2010 à 31/12/2010**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	359.166	0	14.386	0	0	373.552	0	373.552
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	359.166	0	14.386	0	0	373.552	0	373.552
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	123.524	0	0	123.524	0	123.524
5.04.08	Reserva de Lucros	0	0	59.134	0	0	59.134	0	59.134
5.04.09	Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	64.390	0	0	64.390	0	64.390
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	60.637	0	60.637	0	60.637
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	60.637	0	60.637	0	60.637
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	42.819	-60.637	0	-17.818	0	-17.818
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.751	-3.751	0	0	0	0
5.06.05	Reserva de Lucros	0	0	11.432	-11.432	0	0	0	0
5.06.06	dividendos a Pagar	0	0	0	-17.818	0	-17.818	0	-17.818
5.06.07	dividendos Adicionais	0	0	27.636	-27.636	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	359.166	0	180.729	0	0	539.895	0	539.895

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 29/04/2010 à 31/12/2010
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.238
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.238
7.03	Valor Adicionado Bruto	-1.238
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-1.238
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.968
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	59.242
7.06.02	Receitas Financeiras	4.740
7.06.03	Outros	-14
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	62.730
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	62.730
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	991
7.08.02.01	Federais	991
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	14.663
7.08.04.02	Dividendos	14.663
7.08.05	Outros	47.076

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da Redentor Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas demonstrações financeiras e as demonstrações financeiras consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o parecer dos auditores independentes, em 31 de dezembro de 2010. As informações não financeiras da Companhia e suas controladas, assim como as referentes às expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

Perfil da Companhia

A Redentor Energia S.A. ("Redentor") foi constituída em 29 de abril de 2010 por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A. ("Equatorial"), conforme divulgado pela Equatorial nos Fatos Relevantes de 30 de dezembro de 2009, 14 e 29 de abril de 2010. Em 29 de abril de 2010, a Equatorial foi parcialmente cindida, vertendo a parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Equatorial no capital social da RME – Rio Minas Energia Participações S.A. ("RME") para uma nova sociedade anônima denominada Redentor Energia S.A., constituída especificamente para este fim.

A RME é uma sociedade anônima de capital fechado que, conforme aprovado na reunião do Conselho de Administração da Equatorial realizada em 30 de dezembro de 2009 e na Assembleia Geral Extraordinária da RME realizada em 31 de dezembro de 2009, foi cindida desproporcionalmente, de forma que parte das ações do capital social da Light S.A. ("Light") pertencente à RME foi transferida à Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), à Andrade Gutierrez Concessões S.A. e à Luce Empreendimentos e Participações S.A. (sociedade controlada por Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações), todas detentoras, direta ou indiretamente, de participação acionária na RME. Como resultado de referida cisão, CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões S.A. e Luce Empreendimentos e Participações S.A. passaram a deter diretamente suas respectivas ações do capital social da Light, cada uma delas com 13,03% do capital social total e votante da Light, enquanto a Equatorial então passou a ser titular da totalidade das ações da RME e, por meio desta, de participação na Light equivalente a 13,03% do capital votante e total da Light, consistente em 26.576.150 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal, de sua emissão. Em 30 de dezembro de 2009 foi celebrado um Acordo de Acionistas da Light entre CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões S.A., Luce Empreendimentos e Participações S.A. e RME, com a condição suspensiva de que produziria efeitos após a aprovação da cisão da RME, mantendo-se inalterados todos os termos e condições relevantes do antigo Acordo de Acionistas da RME.

Tendo em vista que a cisão da RME foi aprovada em 31 de dezembro de 2009, o Acordo de Acionistas da Light passou a vigorar a partir de 31 de dezembro de 2009. A transferência das ações de emissão da RME detidas pela Equatorial para a Redentor mediante a cisão parcial da Equatorial é parte do processo de alienação da participação indireta do Fundo de Investimento em Participações PCP ("FIP PCP") (controlador indireto da Equatorial) na Light, objeto dos Fatos Relevantes mencionados acima e do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") celebrado em 30 de dezembro de 2009, entre o FIP PCP e a CEMIG, tendo a Equatorial como interveniente anuente. Posteriormente à cisão da Equatorial, e conforme previa o Contrato, a Redentor entrou com pedido de registro de companhia aberta na CVM e de listagem na BM&FBovespa no segmento Novo Mercado, obtidos em 9 de agosto de 2010. Em 25 de agosto de 2010, as ações de emissão da Redentor passaram a ser negociadas na BM&FBovespa sob o código RDTR3. Posteriormente à sua listagem, o FIP PCP alienará o controle da Redentor à sociedade da qual a CEMIG tenha participação não inferior a 20%.

O preço a ser pago pelas ações da Redentor equivale ao valor das ações do capital social da Light que a elas correspondem. Para efeitos do Contrato, foi atribuído um valor de R\$29,53776 por ação da Light, resultando em um valor de R\$785 milhões para a participação acionária total que a Redentor tem indiretamente na Light. O FIP PCP receberá o valor proporcional à participação acionária que a Redentor transferir conforme referido Contrato. O preço será corrigido pela Taxa CDI – Certificado de Depósitos Interbancários, divulgada pela CETIP – Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, de 1º de

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

dezembro de 2009 até a data de conclusão da compra e venda, e poderá sofrer também ajustes, conforme o caso, para refletir proporcionalmente quaisquer dividendos pagos ou declarados pela Light durante o mesmo período.

A alienação, pelo FIP PCP, das ações da Redentor está sujeita a determinadas condições previstas no contrato. Uma vez concluída tal transferência de ações, com a efetiva transferência do controle da Redentor Energia S.A., a adquirente ou a própria Redentor Energia S.A., observados os prazos previstos em lei, procederá ao registro perante a CVM de oferta pública de aquisição de ações por alienação de controle, observados os dispositivos pertinentes da legislação aplicável.

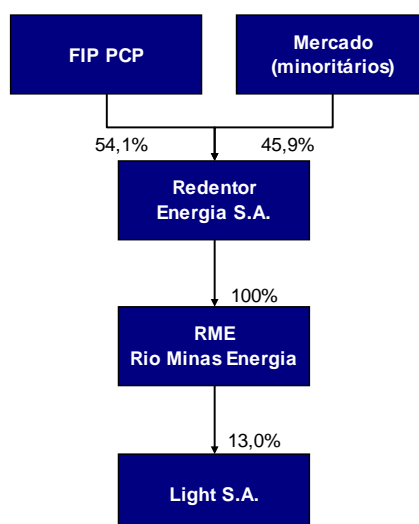
A parcela do patrimônio líquido da Equatorial vertida para Redentor foi avaliada pela empresa especializada Apsis Consultoria Empresarial Ltda., nos termos do laudo de avaliação datado de 31 de março de 2010 e aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Equatorial realizada em 29 de abril de 2010, no valor de R\$359.165.652,17, representando 30,40% do patrimônio líquido total da Equatorial em 31 de dezembro de 2009. Como resultado da cisão parcial, o capital social da Equatorial foi reduzido neste mesmo valor, sem a redução do número de ações emitidas.

O capital social da Redentor, subscrito e integralizado com a parcela cindida da Equatorial, no valor de R\$359.165.652,17, é representado apenas por ações ordinárias. A parcela cindida da Equatorial, consistente nas ações de emissão da RME detidas pela Equatorial, foi contribuída ao capital social da Redentor, com a conseqüente emissão de ações da Redentor aos acionistas da Equatorial. Cada acionista da Equatorial recebeu uma ação da Redentor para cada ação detida na Equatorial.

Adicionalmente, em decorrência da cisão parcial, a Redentor assumiu os passivos e as eventuais contingências não contabilizadas relativos aos ativos transferidos, ficando responsável somente pelas obrigações correspondentes aos bens e direitos transferidos, sem qualquer solidariedade com a Equatorial, nos termos do artigo 233, parágrafo único, da Lei nº 6.404/1976.

Conforme prevê o Contrato, a Redentor terá seu controle acionário alienado à CEMIG ou a uma sociedade a ser indicada pela CEMIG.

Organograma Societário Atual



Redução de Capital

Em 14 de março de 2011, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou a proposta da administração para a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 108.589.308,83, passando o capital social da

Relatório da Administração / Comentário do Desempenho

Companhia de R\$ 359.165.652,17 para R\$ 250.576.343,34, sem o cancelamento de ações. Com isto, os acionistas receberão a título de restituição de capital R\$ 1,001 por ação. A redução do capital social justifica-se por este ser considerado excessivo.

As ações da Companhia passaram a ser negociadas "ex-redução" a partir de 16 de março de 2011 e uma vez transcorrido o prazo legal de 60 (sessenta) dias contados da publicação da ata da AGE, conforme artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, a restituição proporcional aos acionistas do valor da redução de capital será paga em até cinco dias úteis contados do arquivamento da ata da AGE na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA.

A Companhia divulgará novo fato relevante informando a data exata do pagamento da restituição de capital aos acionistas assim que a ata da AGE for arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA.

Governança Corporativa

Listada no Novo Mercado, mais alto nível de Governança Corporativa da BM&FBovespa, a Redentor é uma Companhia comprometida com as melhores práticas de governança corporativa e com a transparência na relação com seus investidores e acionistas.

Diferenciais de governança corporativa:

- 100% de *tag along* aos acionistas minoritários;
- Conselho de Administração composto por, no mínimo, 5 membros, eleitos pela assembléia geral, dos quais, no mínimo, 20% deverão ser Conselheiros Independentes;
- 45,9% do capital total como *free float*, muito acima do mínimo de 25% requerido pelos padrões do Novo Mercado;
- Obrigação de oferta de compra pelo valor econômico em caso de encerramento de listagem ou de fechamento de capital;
- Divulgação de operações com títulos da companhia envolvendo acionistas controladores ou administradores;
- Adesão à Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos;
- Adoção de um Código de Ética e Conduta Empresarial;
- Manutenção de Política de Divulgação de Ato ou Fato Relevante e de Negociação de Títulos por Pessoas Relacionadas.
- Publicação trimestral, juntamente com os ITRs, da Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Divulgação de demonstrações financeiras com padrões internacionais IFRS ou US GAAP.
- Realização de reuniões públicas com analistas e investidores, ao menos uma vez por ano.

De acordo com o Contrato de Adesão ao Novo Mercado firmado com a BM&FBovespa, o Estatuto da Companhia prevê a utilização de Câmara de Arbitragem para resolução de conflitos.

Declaração dos Diretores

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Ana Marta Horta Veloso, diretora sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 28 de março de 2011 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas

1 Contexto operacional

A Redentor Energia S.A., com sede no Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, tem por objeto a participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica ou em atividades correlatas.

A Companhia foi constituída em 29 de abril de 2010 por conta do processo de cisão da Equatorial Energia S.A. (“Equatorial”), conforme divulgado pela Equatorial nos Fatos Relevantes de 30 de dezembro de 2009, 14 e 29 de abril de 2010.

Em 29 de abril de 2010, a Equatorial foi parcialmente cindida, vertendo a parcela de seu patrimônio líquido correspondente à participação da Equatorial no capital social da RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (“RME”) para uma nova sociedade anônima denominada Redentor Energia S.A., constituída especificamente para este fim.

A transferência das ações de emissão da RME detidas pela Equatorial para a Redentor mediante a cisão parcial da Equatorial faz parte do processo de alienação da participação indireta do Fundo de Investimento em Participações PCP (“FIP PCP” controlador indireto da Equatorial) na Light, objeto dos Fatos Relevantes mencionados acima e do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças (“Contrato”), celebrado em 30 de dezembro de 2009, entre o FIP PCP e a CEMIG, tendo a Equatorial como interveniente anuente.

As ações de emissão da Equatorial em circulação no mercado foram negociadas “com direito” à referida cisão parcial, até a conclusão do processo de abertura de capital e a admissão da negociação das ações de emissão da Redentor no segmento do Novo Mercado.

A partir de 25 de agosto de 2010, as ações de emissão da Redentor passaram a ser negociadas separadamente das ações de emissão da Equatorial, ambas no segmento Novo Mercado de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA.

A Companhia, constituída em 29 de abril de 2010, teve como aporte inicial de capital a totalidade das ações da empresa Rio Minas Energia Participações S.A. (RME), tendo por base o balanço patrimonial especial preparado pela RME em 31 de março de 2010 que estava assim representado:

Ativo

Ativo circulante

Caixa e equivalente de caixa	370
Impostos a recuperar	27
Dividendos a receber	<u>56.341</u>

56.738

Ativo não circulante

Investimentos	315.345
Diferido	<u>1.470</u>

316.815

Notas Explicativas

Total do ativo	<u>373.553</u>
Passivo	
Passivo circulante	-
Outras obrigações	<u>1</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	177.327
Reserva legal	20.223
Reservas de lucros	<u>176.002</u>
	<u>373.552</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>373.553</u>

A controlada Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) foi constituída em 23 de março de 2006, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, e tem por objeto a participação, direta ou indireta, no capital de empresas que atuem no setor de energia elétrica. Em 31 de dezembro de 2010 a Empresa possuía 13,03% das ações da Light S.A. companhia aberta, holding de empresas de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ.

2 Base de Preparação**a. Declaração de conformidade**

As presentes demonstrações financeiras incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas de acordo com o BR GAAP e, para o caso do Consolidado, essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para demonstrações financeiras separadas, em função da avaliação do investimento em controlada, pelo método de equivalência patrimonial no BR GAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado e o patrimônio líquido e resultado da controladora em suas demonstrações financeiras individuais. Assim sendo, as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras individuais da controladora estão sendo apresentadas lado – a – lado em um único conjunto de demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Essas são as primeiras demonstrações consolidadas preparadas conforme as IFRS nas quais o CPC 37 foi aplicado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2011.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e os normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 11 - Mensuração de instrumentos financeiros

e. Reapresentação das ITRs de 2010 ajustadas às normas de 2010

Em atendimento à Deliberação CVM nº 656, de 25 de janeiro de 2011 a Companhia apresenta abaixo os efeitos no resultado e no patrimônio líquido dos períodos findos em 29/04/2010 data de constituição da Companhia, 30/06/2010 e 30/09/2010, decorrentes da plena adoção das normas de 2010.

	Controladora		Consolidado	
	29/04/2010		29/04/2010	
	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
Saldo de abertura cisão	373.552	-	373.552	-
<u>Ajustes e reclassificações:</u>				
Gastos pré operacionais	(2.292)	-	(2.292)	-

Notas Explicativas

Amortização dos Gastos Operacionais	821	58	821	58
Deságio na aquisição partic. Light	71.066	-	71.066	-
Deságio na aquisição partic. Lidl	3.936	-	3.936	-
Amortização de deságio	-	1.160	-	1.160
Participação nos ajustes na 1ª adoção da coligada	62.448	-	62.448	-
Equivalência patrimonial nos ajuste 1ª adoção da coligada	-	13.581	-	13.581
IR e CS diferidos	500	-	500	-
	136.479	14.799	136.479	14.799
Saldo após adoção das práticas	510.031	14.799	510.031	14.799

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>29/04/2010</u>	<u>29/04/2010</u>	<u>29/04/2010</u>	<u>29/04/2010</u>
	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro Líquido</u>
Saldo anterior á adoção das novas práticas	387.587	14.035	387.587	14.035
<u>Ajustes e reclassificações:</u>				
Gastos pré operacionais	(2.292)	-	(2.292)	-
Amortização dos Gastos Operacionais	821	115	821	115
Deságio na aquisição partic. Light	71.066	-	71.066	-
Deságio na aquisição partic. Lidl	3.936	-	3.936	-
Amortização de deságio	-	2.320	-	2.320
Participação nos ajustes na 1ª adoção da coligada	67.579	-	67.579	-
Equivalência patrimonial nos ajuste 1ª adoção da coligada	-	18.712	-	18.712
IR e CS diferidos	500	(39)	500	(39)
	141.610	21.108	141.610	21.108
Saldo após adoção das práticas	529.197	35.143	529.197	35.143

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>29/04/2010</u>		<u>29/04/2010</u>	
	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro Líquido</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>Lucro Líquido</u>
Saldo anterior á adoção das novas práticas	406.587	33.035	406.587	33.035
<u>Ajustes e reclassificações:</u>				
Gastos pré operacionais	(2.292)	-	(2.292)	-
Amortização dos Gastos Operacionais	821	172	821	172
Deságio na aquisição partic. Light	71.066	-	71.066	-
Deságio na aquisição partic. Lidil	3.936	-	3.936	-
Amortização de deságio		3.480	-	3.480
Participação nos ajustes na 1ª adoção da coligada	71.446		71.446	
Equivalência patrimonial nos ajuste 1ª adoção da coligada	-	22.580	-	22.580
IR e CS diferidos	500	(58)	500	(58)
	145.478	26.173	145.478	26.173
Saldo após adoção das práticas	552.065	59.208	552.065	59.208

Sobre essas informações foram aplicados, pelos auditores independentes, os procedimentos de revisão especial de acordo com os requerimentos da CVM para Informações Trimestrais (NPA 06 do IBRACON), não tendo sido, portanto, auditadas.

3 Resumo das principais práticas contábeis**a. Base consolidação**

- **Controladas**

Controladas são todas as entidades cujas políticas financeiras e operacionais são controladas e conduzidas pela Companhia.

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle cessa.

Notas Explicativas

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da Companhia.

A Companhia usa o método de contabilização da aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com a aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor da participação do grupo de ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrada como ágio. Nas aquisições em que o grupo atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controladora na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício.

A entidade divulga informações financeiras resumidas de controladas e associadas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, incluindo os montantes totais de ativos, passivos, receita e lucro ou prejuízo do período, não ajustadas ao percentual de propriedade mantida pela entidade. Nestas demonstrações financeiras ilustrativas, apresentamos informações financeiras para cada uma das companhias investidas, assim como para o total.

- ***Transações eliminadas na consolidação***

Saldos e transações entre companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações entre companhias, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação na Controlada. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As demonstrações consolidadas abrangem as demonstrações contábeis da controladora Redentor Energia S.A. e da controlada RME - Rio Minas Energia Participações S.A. A participação acionária na empresa controlada está mencionada na Nota Explicativa nº 7.

- ***Demonstrações financeiras individuais***

Notas Explicativas

Nas demonstrações financeiras individuais o investimento em controlada está contabilizado pelo método de equivalência patrimonial. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. No caso da Redentor Energia as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, apenas pela avaliação dos investimentos em controladas e pelo método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ao valor justo.

b. Instrumentos financeiros

- **Ativos financeiros não-derivativos**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do referido ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro em uma transação em que todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado**

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esta classe de ativos se aplica nos casos em que a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e a estratégia de investimentos. Os custos de transação com esses ativos, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício.

Em 31 de dezembro os ativos financeiros registrados nesta categoria eram referente ao caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

- **Capital Social**

Ações ordinárias - são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais

Notas Explicativas

diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Sobre o deságio da Companhia não foi constituído imposto diferido pois, para este deságio não há perspectiva de realização.

e. Demonstração por valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BRGAAP aplicável as companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

f. Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembléia Geral, ficando registrado no patrimônio líquido em conta de “dividendos adicionais propostos”.

Notas Explicativas

g. Normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- ✓ *Improvements to IFRS 2010.*
- ✓ *IFRS 9 Financial Instruments.*
- ✓ *Prepayment of a minimum fund requirement (Amendment to IFRIC 14).*
- ✓ *Amendments to IAS 32 Classification of rights issues.*

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRSs acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos dos IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários.

A Companhia optou por não adotar antecipadamente esses pronunciamentos, dessa forma não foram estimados a extensão dos seus impactos. Adicionalmente, a Companhia possui somente um segmento operacional.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	31/12/2010	31/12/2010
Numerário disponível	72	682
Aplicações financeiras	55.659	106.136
Total	<u>55.731</u>	<u>106.818</u>

As aplicações financeiras correspondem às operações realizadas junto às instituições financeiras, são remuneradas em condições e taxas normais de mercado e disponíveis para utilização nas operações da Companhia e sua controlada, ou seja, são ativos financeiros disponíveis para negociação, registradas ao valor justo com efeito no resultado. Em 31 de dezembro de 2010, as operações em Debêntures Compromissadas (títulos de renda fixa com remuneração em 101,5% do CDI para aplicação do Banco Safra e 102% do CDI para aplicação do Banco Votorantim), obtiveram maior destaque com um montante de R\$ 55.590.

5 Dividendos a Receber

Controladora	
RME – Rio Minas Energia	14.499
Consolidado	
Investida Light S.A	17.801

Notas Explicativas

O valor mínimo do dividendo obrigatório da investida Light S.A. é de R\$136.598, entretanto em reunião do Conselho de Administração em 25 de março de 2011, foi proposto o pagamento do dividendo total de R\$350.979.

6 Investimentos

a. Composição dos saldos

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
RME- Rio Minas Energia	487.485	-
Light S.A.	-	432.816
Total	<u>487.485</u>	<u>432.816</u>

b. Informações sobre a companhia controlada RME(controladora)

Participação no capital	100%
Total de Ativos	502.975
Capital social integralizado	177.327
Patrimônio líquido	487.485
Lucro do período	61.049

c. Informações sobre a investida indireta Light S.A. (consolidado)

Participação no capital	13,03%
Total de Ativos	
Capital social integralizado	290.025
Patrimônio líquido	433.918
Lucro do período	74.942

7 Partes relacionadas

A composição acionária está divulgada na nota 7. Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2010, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas a operações com partes relacionadas decorrem de transações da Companhia com sua controladora, e estão divulgadas a seguir conforme requerido pela Deliberação da CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas.

Notas Explicativas

		Controladora		
	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado
RME	Dividendos	14.499	-	-

		Consolidado		
	Natureza da operação	Ativo	Passivo	Resultado
Light	Dividendos	17.801	-	-

A remuneração total dos administradores da controladora e consolidado no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi de R\$53. Este valor corresponde a remuneração dos administradores da Redentor Energia, pois não há remuneração para os administradores da sua controlada RME.

8 Patrimônio líquido**a. Capital social**

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social da Redentor Energia S.A. está representado por R\$359.166, dividido em 108.480.828 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Acionistas	ON	%
PCP Latin America Power S/A	58.671.559	54,08%
JGP Gestão de Recursos	8.409.200	7,75%
Acionistas não controladores	<u>41.400.069</u>	<u>38,17%</u>
Total	<u>108.480.828</u>	<u>100,00%</u>

b. Reserva de lucros

Na data da constituição da Companhia, o resultado acumulado da controlada Rio Minas Energia Participações Ltda. - RME entre o período de 1º de janeiro de 2010 a 31 de março de 2010 foi reconhecido como reserva de lucros. Em dezembro de 2010, a controlada e a investida indireta, adotaram as novas normas contábeis aplicáveis no Brasil – CPCs e normas internacionais – IFRS, tendo como data de transição 1 de dezembro de 2009. A Companhia reconheceu os efeitos reflexos dos ajustes de transição apurados pelas investidas diretamente no patrimônio líquido – reserva de lucros, Os principais efeitos apurados pelas investidas foram baixa de ativo diferido e de deságio, líquidos dos efeitos tributários.

Notas Explicativas

c. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo dessa reserva em 31 de dezembro de 2010 ficou em R\$3.751.

d. Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

e. Ajuste de Avaliação Patrimonial

O Ajuste de Avaliação Patrimonial no montante de R\$ 64.390, registrado na Redentor Energia é proveniente da controlada Rio Minas Energia Participações Ltda. – RME, sendo nesta um reflexo do reconhecimento do custo atribuído (deemde cost) pela sua investida indireta Light S.A, na data da adoção do IFRS e novos CPCs.

9 Dividendos

Conforme o estatuto social da Redentor Energia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembléia Geral.

Os dividendos foram calculados conforme se segue:

	<u>2010</u>
Lucro líquido do exercício	60.637
Lucros decorrentes da cisão pertencentes a Redentor	14.386
(-) Reserva legal	<u>(3.751)</u>
Base de cálculo	71.272
Dividendo mínimo obrigatório - 25,00%	17.818
Dividendo complementar	<u>27.635</u>
	45.453
Reserva de lucros a realizar	11.432

Notas Explicativas

O Conselho de Administração aprovou a declaração de dividendos propostos da seguinte forma:

Valor por Ação (lote de unidades de reais)			
Deliberação	Proventos	Valor	ON
28 de março de 2011			
Reunião do Conselho de Administração de	Dividendos	45.453	108.480.828

Os dividendos serão pagos de acordo com a legislação vigente e não serão corrigidos monetariamente.

10 Instrumentos financeiros - Instrução CVM nº 475 e Deliberação CVM nº 566

a. Considerações gerais

Em atendimento à Deliberação CVM 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 14, e à Instrução CVM 475, a Companhia efetuou análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: Aplicações financeiras, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

b. Política de utilização de derivativos

A Companhia e sua controlada o não possuem operações com derivativos em 31 de dezembro de 2010. No entanto, sua utilização pode ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

c. Valor Justo dos instrumentos financeiros

Em atendimento à Instrução CVM nº 475, os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 estão identificados a seguir:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2010	
Ativos	Contábil	Mercado
Aplicações financeiras	106.136	106.136

Notas Explicativas

Aplicações financeiras - são classificadas como equivalente de caixa e são mensuradas a valor justo por meio do resultado. O valor de mercado reflete o valor registrado no balanço patrimonial.

d. Gestão de Risco Decorrente de Instrumentos Financeiros

Os fatores de risco abaixo descritos podem impactar a saúde econômico-financeira da Companhia e sua controlada ou sua operação. A Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

- **Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros**

As variações das taxas de juros da economia afetam os ativos financeiros da Companhia. Abaixo demonstramos os impactos dessas variações na rentabilidade das Aplicações Financeiras.

A sensibilidade dos ativos Financeiros da Companhia foi demonstrada em cinco cenários.

Apresentamos em conformidade com a Instrução nº 475 da CVM, um cenário com taxas reais verificadas em 31 de dezembro de 2010 (Cenário Provável) mais dois cenários com apreciação de 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) dos indexadores.

Incluímos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a depreciação de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo associado à Taxa de Juros

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
ATIVOS FINANCEIROS						
Aplicações Financeiras	CDI	4.217	5.271	6.325	3.162	2.108

Referência para ATIVOS FINANCEIROS	Taxa em				
	31.12.2010	25%	50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	9,75	12,19	14,63	7,31	4,88

Impacto da Sensibilidade no Resultado e no Patrimônio Líquido

Cenários	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Efeito no Resultado do Exercício (Lucro / Prejuízo)	Efeito no Patrimônio Líquido
Cenário Provável	579.672	61.733	-	-
Cenário II	580.822	62.599	866	1.072
Cenário III	581.752	63.294	1.561	1.932
Cenário IV	578.261	60.684	(1.049)	(800)
Cenário V	576.851	59.630	(2.103)	(1.604)

Notas Explicativas

11 Eventos subsequentes

a. Redução de Capital

Em 14 de março de 2011, a Assembléia Geral Ordinária aprovou a proposta da administração para a redução do capital social da Companhia, no valor de R\$ 108.589.308,83, passando o capital social da Companhia de R\$359.166 para R\$250.576, sem o cancelamento de ações. Com isto, os acionistas receberão a título de restituição de capital R\$ 1,001 por ação.

As ações da Companhia passaram a ser negociadas “ex-redução” a partir de 16 de março de 2011 e uma vez transcorrido o prazo legal de 60 (sessenta) dias contados da publicação da ata da AGE, conforme artigo 174 da Lei n.º 6.404/76, a restituição proporcional aos acionistas do valor da redução de capital será paga em até cinco dias úteis contados do arquivamento da ata da AGE na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA.

A Companhia divulgará novo fato relevante informando a data exata do pagamento da restituição de capital aos acionistas assim que a ata da AGE for arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – JUCERJA.

b. Reorganização societária

A ANEEL aprovou ainda a última etapa da reorganização societária da Light (RJ), com a transferência da participação societária detida pela Enlighted Partners Venture Capital LLC (integrante do fundo Luce Participações) no controle societário indireto das subsidiárias da companhia em favor da Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica. A Parati é uma empresa do Fundo de Investimentos em Participações Cemig - Redentor. A Luce Participações possui 13,03% da Light. De acordo com o processo, a reestruturação se dará por meio da transferência de 75% das ações da Luce - para a Parati. A mudança não implica na entrada de novo acionista na Light, ainda de acordo com o processo.

Notas Explicativas

Redentor Energia S.A.

(Companhia aberta)

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando especificado)

Conselho de Administração

Alessandro Monteiro Morgado Horta
Carlos Augusto Leone Piani
Celso Fernandez Quintella
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Gilberto Sayão da Silva
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Conselho Fiscal

Felipe Sousa Bittencourt
Paulo Roberto Franceschi
Sergio Passos Ribeiro

Diretoria Executiva

Ana Marta Horta Veloso
Diretora
Eduardo Haiama
Diretor-financeiro
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Diretor-presidente

Gerência de Controladoria

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Gerente da Controladoria
CPF 023.737.554-08

Geovane Ximenes de Lira
CRC PE-012996-O-S-MA
Contador

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Redentor Energia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Redentor Energia S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de 29 de abril de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redentor Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 29 de abril de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Redentor Energia S.A. em 31 de dezembro de 2010, o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o período de 29 de abril de 2010 (data de constituição) a 31 de dezembro de 2010, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Redentor Energia S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, referentes ao período de 29 de abril a 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Fortaleza, 28 de março de 2011

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

João Alberto da Silva Neto
Contador CRC RS-048980/O-0 S-RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Ana Marta Horta Veloso, diretora sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 28 de março de 2011 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2010.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores da Companhia Srs. Firmino Ferreira Sampaio Neto, Diretor-Presidente; Eduardo Haiama, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e Ana Marta Horta Veloso, diretora sem designação específica, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2010; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no parecer emitido em 28 de março de 2011 pela KPMG Auditores Independentes, auditores independentes da Companhia, com relação às demonstrações financeiras da Companhia referentes a 31 de dezembro de 2010.